

Educação integral: do uso das estatísticas à produção de sujeitos aprendentes

Rochele Santaiana¹

Resumo

O presente trabalho se interessa pelas políticas educacionais, precisamente, na que vem trazendo na pauta de discussões a temática da escola de tempo integral. Na atual gestão educacional tal projeto denomina-se, programa “Mais Educação” que foi instituído pelas Portarias Normativas Interministeriais de nº. 17, e 19 de 24 de abril de 2007. Embora se encontre em processo de análises iniciais é possível inferir como a estatística educacional possibilita a constituição de um discurso onde a necessidade da Educação Integral com jornada ampliada se torna potente e fundamental nas escolas. Objetiva-se analisar como o referido programa, ao envolver ações como saúde, esportes, direitos humanos, cultura econômica, entre outras, que atravessam a escola, se tornam estratégias de constituição de sujeitos aprendentes, que se constituirão em cidadãos não do futuro, mas já do presente. O uso da estatística é visto na pesquisa da qual se refere este trabalho, como forte componente estratégico de governmentação dos sujeitos infantis e jovens. Importa pensar que o programa Mais Educação, se organiza e se implementa em um período tido e reconhecido como neoliberal, suspeitando-se, que o deslocamento nas racionalidades econômicas também foram contributivos, para a produção da necessidade da escola de turno e formação integral.

Palavras-chave: educação, integral, governamentalidade, estatística

All-day schools: from the use of statistics to the production of learner subjects

Abstract

This work is interested in educational policies which are bringing on the agenda the issue of all-day schools. In the current educational management such project is called "Plus Education" which was established by Normative Interministerial Ordinances n. 17 and 19, of 24 April 2007. Although it is in the initial analysis process, it is possible to infer that educational statistics enables the creation of a discourse where the need of all-day schools become powerful and fundamental to education. The objective is to analyze how this program by involving actions such as health, sports, human rights, economic, culture, among others, crossing the school, becomes strategies of constitution of learner subjects, which will constitute not citizens of the future, but already of the present. The use of statistics is seen in the research as a strong strategic

¹ Doutoranda em Educação pela UFRGS.

component of government of infant and young subjects. The program is organized and implemented in a period considered and recognized as neoliberal. Possibly a shift in economic rationales is also contributing to the production of the need for all-day schools.

Keywords: all-day schools, governmentality, statistical

O presente trabalho se interessa pelas políticas educacionais, precisamente, na que vem trazendo na pauta de discussões a temática da escola de turno integral. Na atual gestão educacional tal projeto denomina-se, programa “Mais Educação” que foi instituído pelas Portarias Normativas Interministeriais de nº. 17, e 19 de 24 de abril de 2007, publicadas no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2007. Embora se encontre em processo de análises iniciais é possível inferir como a estatística educacional possibilita a constituição de um discurso onde a necessidade da Educação Integral com turno de jornada ampliada se torna potente e fundamental nas escolas.

Inicialmente se discute como o uso da estatística se torna um forte componente estratégico de governo dos sujeitos infantis e dos jovens. Os dados numéricos correspondem a uma cadeia de interesses políticos, sociais e econômicos e que pode estar criando um campo de possibilidades para que determinadas ações como, o programa Mais Educação, seja estrategicamente implementado como política pública de Educação Integral.

De outro modo, tratar-se-ia de pensar a forma como as práticas educativas vinculadas ao referido programa se articulam com as formas de governo contemporâneas e aqui cabe um esclarecimento. Utilizarei no decorrer do texto, além dos vocábulos *governamentalidade* e *governo*, o termo *governo* de acordo com Veiga-Neto, que sugere a ressurreição do termo *governo* (de uso corrente na língua francesa) na língua portuguesa relacionado à ação ou ato de governar. Separa-se assim a ideia de governo relacionando a instituição do Estado, enquanto a de *governo* diz respeito a ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social, por isso, soa bem mais claro falarmos em práticas de *governo* (VEIGA-NETO, 2005, p.21).

Para tal empreendimento, as ferramentas teóricas e metodológicas foucaultianas, tais como a *governamentalidade*, a *biopolítica*, serão de fundamental importância para as análises que serão discutidas, bem como as produções teóricas do campo pós-estruturalista. Pensar com e a partir de Foucault, possibilita que eu me desfaça de perguntas sobre se tais ações públicas serão positivas, ou não, para a educação, produtivas certamente. Já

que “a verdade é deste mundo” (FOUCAULT, 2003b, p.12), como diz o filósofo, interessa-me mais perguntar como as proposições destas políticas educacionais vieram a se tornar verdadeiras, que discursos elas acolheram e sancionaram como verdadeiros (FOUCAULT, 2003b).

Objetiva-se ao longo da pesquisa analisar como as políticas públicas tais como saúde, esportes, direitos humanos entre outras, que atravessam a escola, se utilizam do programa Mais Educação como estratégia de inclusão e constituição de sujeitos (infantis e jovens) cidadãos contemporâneos. Importa pensar que esta proposição de educação integral, se gesta, se organiza e se implementa em um período tido e reconhecido como Neoliberal, suspeitando-se então que o deslocamento nas racionalidades econômicas liberais/neoliberais também foram contributivos, para a produção da necessidade da escola de turno e formação integral. Desde que essa se desse sob parâmetros de maior permanência, com outros regimes de visibilidade, não no sentido como era dado pela escola moderna, do corpo escolar, mas reconfigurada com um tempo, que precisa permanentemente investir na constituição de subjetividades ativas para a sociedade contemporânea.

A pesquisa parte de um questionamento inicial: seria o programa Mais Educação uma estratégia biopolítica de implementação da Educação Integral nacionalmente? No entanto, tornou-se importante problematizar as condições que fizeram com que o discurso da necessidade da escola de turno integral se tornasse potente a ponto de constituir-se num programa federal, ou, ainda, como esses discursos podem estar atravessando as práticas educativas atuais.

A ESTATÍSTICA COMO TECNOLOGIA DO GOVERNO

Pensando a partir das teorizações foucaultianas, a emergência da noção de população impulsiona, no século XVIII, o funcionamento dos dispositivos de segurança. Tais dispositivos procuraram relacionar a técnica da seguridade, com a maximização dos elementos positivos (como a força de trabalho), e minimização dos riscos provenientes do interior desta população (como as doenças). Na esteira dessas mudanças, abre-se um campo de possibilidades para o início da governamentalização do Estado, fenômeno que permitiu que este conseguisse sobreviver e reorganizar-se, distribuindo o que compete, ou não, ao Estado (FOUCAULT, 2003b).

Esta governamentalização do Estado permitiu o desenvolvimento da biopolítica. Tal política tem a vida e seus fenômenos, tais como saúde, natalidade, mortalidade como preocupações vitais. O Estado começa a se

dissolver em inúmeras práticas e políticas que incidem sobre a população, por meio de dispositivos não só disciplinares como também de segurança, como forma de prevenir e controlar riscos, a educação neste aspecto torna-se fundamental para o governmentamento dos sujeitos. A população, tomada em sua produtividade enquanto corpo-espécie, possibilita a criação de mecanismos de poder e estratégias de conhecimento, entre as quais a estatística se destaca. Tal tecnologia de poder permite que os Estados consigam estabelecer “intervenções calculadas” (FOUCAULT, p.85, 1997). Contemporaneamente, como pretendo demonstrar, a estatística não está sendo utilizada somente para a extração de saberes sobre a população escolar, mas, principalmente, para “acompanhar e para avaliar intervenções” (TRAVERSINI, BELLO, 2009, p.137).

A partir de tais teorizações e inquietações, comecei a observar e analisar como em épocas de campanha eleitoral e política é interessante observar como alguns discursos relativos à educação se tornam recorrentes entre candidatos de toda ordem e partidos. Chamou-me atenção a recorrência da temática do retorno progressivo e extensivo das escolas de turno integral. Ao ler um jornal do Rio Grande do Sul, surpreendeu-me que a temática se encontrava nas defesas da grande maioria, e principalmente dos três principais candidatos a disputa estadual ao palácio do Piratini para o ano de 2011. Mas interessante não foi somente suas falas na entrevista, mas como este jornal de larga divulgação apresentou esta matéria com dados fornecidos pela Secretaria de Educação Estadual.

Enquanto as escolas de turno único no Estado custam, em média, R\$ 3.479,17 aluno-ano, as de turno integral custam R\$ 4.346,00 aluno-ano. Das 26 escolas de tempo integral 12 tem taxa de aprovação maior que a média estadual de 80,8% e 13 tem taxa de abandono abaixo da média de 2%. (Dados da Secretaria Estadual de Educação – 2009 - Zero Hora, segunda-feira , 16 de agosto de 2010.)

Ao lermos tais dados numéricos e expostos em percentuais, torna-se passível acreditarmos que por um custo um pouco maior, não muito maior comparando o retorno benéfico, também expresso em dados, investir nesta política torna-se algo imprescindível. Somos subjetivados a acreditar que além de maior aprovação, o que pode ser tomado como maior aprendizagem, a evasão e o abandono também são equacionados nas escolas de turno integral. A questão que problematizo aqui não é se tal política é boa ou não, certamente ela é produtiva, mas na força com que os números e as estatísticas são utilizados para a instituição de verdades, por meio da constituição de

determinadas subjetividades, no caso a de nós leitores. É sabido que para a instituição e até mesmo a criação de certas políticas públicas, principalmente as de educação e saúde, os dados estatísticos são recorrentemente utilizados, atuando diretamente na condução da conduta dos sujeitos e na forma como eles vão se relacionar e adotar tais políticas. É importante destacar, no entanto, que o problema não está na estatística em si, mas nos usos que se faz dela, principalmente quando contemporaneamente privilegia-se a adoção de um programa de educação integral a nível federal.

Investir na política de educação integral, acredito que faça parte deste conjunto de estratégias que visam a prevenção de riscos que possam se estabelecer entre crianças e jovens, principalmente os que se encontram em vulnerabilidade social. Para a educação em tempo integral, especialmente, o saber estatístico pode ser pensado como uma “tecnologia a serviço de certa racionalidade política que orienta a conduta dos indivíduos e exerce um papel político na sociedade como um todo”(BELLO, TRAVERSINI, 2010). Pensando assim debruçei-me sobre o programa federal de educação integral já em grande expansão do governo federal intitulado “Mais Educação” a fim de visualizar como os dados são expressos. No material de orientação do governo federal “Série Mais Educação – Educação Integral”, é pontuado a importância de dados e pesquisas estatísticas como forma irrefutável de conhecimento e orientação de ações na área educacional.

Evidenciamos, a priori, dentre outros dentre outros aspectos, uma das conclusões possibilitadas pelo estudo: se, por um lado, o percentual de municípios do país que vêm desenvolvendo experiências de jornada escolar ampliada ainda tem muito a avançar, por outro, os indicadores quantitativos comprovam que, nos últimos anos, especialmente no ano de 2008, ocorreu um aumento significativo do número de municípios que ampliou a jornada escolar. A pesquisa revela que esse processo continua em movimento e os seus desafios são muitos. Direcionando o foco de análise, constatamos que aproximadamente a metade das experiências de jornada ampliada enumeradas pelos municípios respondentes da pesquisa está localizada na região Sudeste (46,1%) significando que os indicadores desta região influenciarão significativamente nos resultados nacionais. Sobressai, novamente, a região Norte, cujos municípios respondentes enumeraram 16 experiências de jornada ampliada, ou seja, o equivalente a apenas 2,0 % do total levantado no país. Os dados da Tabela 2 permitem constatar ainda que os Estados de Minas Gerais (29,7%), São Paulo (12,1%) e Rio Grande do Sul (10,5%) agregam 52,3% do total de experiências de jornada escolar ampliada detectadas pela pesquisa (Educação

integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira. Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil. Brasília, MEC, p.18,2009).

Os dados que se referem esta pesquisa foram feitos a fim de conhecer como se encontra nacionalmente o funcionamento das escolas de turno integral. O mapeamento e escrutinamento das regiões brasileiras permite que se pense sobre onde estão sendo feitos maiores avanços, onde se deve aprimorar, investir mais e principalmente, vai se estabelecendo uma forma de ver a educação integral como uma política que já se faz presente no país. A legitimidade da estatística e das informações em números, certamente foram conquistadas pela imagem de rigor (que não digo que não exista) e infabilidade que expressam, mas também por participarem da lógica sedutora da ciência. Daí, seu uso constante nesta pesquisa organizada pelo governo federal.

Para um governo encontrar respaldo incontestado para a implementação de uma política pública ele precisa conhecer e produzir saberes sobre a população. A população, tomada em sua produtividade enquanto corpo-espécie, possibilita a criação de mecanismos de poder e estratégias de conhecimento, entre as quais a estatística se destaca. Tal tecnologia de poder permite que os Estados consigam estabelecer “intervenções calculadas” (FOUCAULT, p.85, 1997). Por meio dos dados estatísticos, foi possível, no programa federal de Educação Integral, mapear e instituir pontuais campos de intervenção, necessários para o eficaz exercício do governo dos sujeitos. Pode-se problematizar também que a importância da estatística está para além do mapeamento de demandas. Ela não está sendo utilizada somente para a extração de saberes sobre a população escolar, mas, principalmente, para “acompanhar e para avaliar intervenções” (TRAVERSINI, BELLO, 2009, p.137).

Retomando a manchete de jornal com a qual iniciei este texto, penso que o fiz por não se encontrar desarticulada do programa federal de Educação Integral que me referi. Pelo contrário se isso se tornou um discurso que está sendo trazido por uma totalidade de candidatos a ponto de se tornar a temática de um página inteira de jornal e o ponto principal relacionado a educação, faz pensar que a implementação do “Mais Educação” criou uma das muitas possibilidades para que este se torna-se um assunto central até na mídia e nas agendas políticas.

Para uma melhor produtividade deste debate é possível ver que mesmo no jornal ou na pesquisa empreendida pelo Ministério da Educação a estatística entra como forte componente estratégico de

governo dos sujeitos. O que não se pode perder de vista é que dados estatísticos correspondem a uma cadeia de interesses políticos, sociais e econômicos, que podem estabelecer campos de intervenção, indicar mecanismos de controle de situações de risco social e criar as condições de possibilidade para que determinadas ações sejam consolidadas em políticas públicas.

GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL: DO CIDADÃO DO FUTURO AO ALUNO APRENDENTE

Da metade do século XVIII até hoje, as formas de governar e a governamentalidade foram e vão, paulatinamente, se modificando, se redescrevendo. Isso acontece em decorrência de mudanças sociais, econômicas e políticas, principalmente nos nossos dias. O Neoliberalismo, que impera no contemporâneo, não é simplesmente um substituto das práticas liberais. Efetivamente, ele representa “um discurso de governança, precisamente potente por causa de sua capacidade de combinar a economia, o social e a política em nome da escolha racional como princípio de legitimidade” (PETERS, MARSHALL, FITZSIMONS, p.83, 2004). As práticas neoliberais realizam um vasto investimento em intervenções não só puramente econômicas, como também aquelas que atingem o sujeito e as formas deste se ver enquanto cidadão, de direitos, deveres e, principalmente, de escolhas. Sua incidência objetiva a constituição do sujeito contemporâneo, “numa sociedade em que os consumidores, e não os produtores, são considerados a força propulsora da prosperidade econômica” (BAUMAN, p.100, 2008).

Embora o Neoliberalismo tenha se utilizado de boa parte das idéias do liberalismo, sua grande diferença, como apontam Saraiva e Veiga-Neto (2009), é que, enquanto o liberalismo tinha como naturais a liberdade individual e de mercado, a governamentalidade neoliberal “intervirá para maximizar a competição, para produzir liberdade para que todos possam estar no jogo econômico”(SARAIVA, VEIGA-NETO, 2009, p.189). Ou seja, os sentidos produzidos pelo mercado neoliberal, bem como as subjetividades dos sujeitos, são constantemente fabricados, a partir de princípios de eficácia, eficiência e equidade. Para tanto, é mobilizada uma multiplicidade de estratégias, a fim de constituir subjetividades imersas nesta lógica. A educação se torna um campo de governo de condutas, onde tais estratégias podem ser operacionalizadas por meio das práticas escolares.

O programa federal Mais Educação, realiza um vasto investimento em atividades e oficinas para os jovens sendo tratado como intersetorial, por

abarcam programas de outros ministérios, para além do Ministério da Educação: Ministério dos Esportes, da Cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente. As oficinas se estendem desde dança, capoeira, direitos humanos, alfabetização e letramento, educação e saúde, educação econômica/empreendedorismo entre outros.

Tal capilarização permite um largo campo de intervenção, não só nas escolas, alunos, professores, como também nas comunidades e instituições que se envolverão com o programa. Não são somente os alunos que passarão pelo processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o Mais Educação, indica que as atividades no contraturno sejam realizadas por pessoas da comunidade, em espaços e locais próximas a escola. Abre-se um campo de governmentação, não só individual como coletivo, pois, embora a escola não aparente ser mais a instituição única responsável pela aprendizagem dos alunos, este projeto me faz pensar que ela é o meio potencial e estratégico para a produção de novas subjetividades.

Ao serem responsáveis, também, pela educação dos jovens, os cidadãos comunitários estarão passando por um processo particular de ensinar, que antes dizia respeito somente à escola. Pode-se suspeitar que esta seja uma estratégia produtiva de gestão micropolítica, não só da individualidade, mas de uma coletividade, ressaltando uma idéia que é cara ao neoliberalismo: a responsabilidade de cada um, localmente, para a resolução de problemas que possam se gerar nesse entorno escolar.

O projeto se realiza através de parcerias entre escolas, membros das comunidades, famílias, poderes públicos, organizações sociais, etc., em torno de uma ação comunitária e escolar comum. Queremos, mediante ampliação do tempo e espaço, repensar os processos de aprendizagem, seus nexos e possibilidades de forma a ampliar também os conteúdos e metodologias na relação ensino-aprendizagem. (Rede de Saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral, 2008, p. 33).

Popkewitz nos alerta que as identidades sociais coletivas e normas universais, incorporadas em reformas educacionais em tempos anteriores, são, nestas reformas atuais, “substituídas por imagens de identidade local, comunal e flexível” (2004, p. 116). O que importa, agora, é a descentralização na constituição de sujeitos jovens, que possam ser atuantes com múltiplas formações e ativos participantes de sua comunidade, resolvendo de forma mais coletiva e eficiente as demandas de sua localidade. Certamente, as

racionalidades aqui presentes objetivam chegar um fim desejável (FOUCAULT, 1995), que talvez possa ser o próprio gerenciamento do risco social.

A educação que este programa quer evidenciar é uma educação que busque superar o processo de escolarização tão centrado na figura da escola. A escola, de fato, é o lugar de aprendizagem legítimo dos saberes curriculares e oficiais da sociedade, mas não devemos toma-lo como única instância educativa. Deste modo, integrar diferentes saberes, espaços educativos, pessoas da comunidade, conhecimentos..., é tentar construir, uma educação, que pressupõe, uma relação de aprendizagem para a vida, uma aprendizagem significativa e cidadã. (Programa Mais Educação: passo a passo. Ministério da Educação, 2009, p.5)

Thomas Popkewitz, Ulf Olson e Kenneth Petersson, elaboraram um pensamento em relação à educação, não só instigante como desafiador: a noção de *design*. Quando utilizam essa terminologia, os autores nos convidam a pensar sobre o fato de que vivemos em uma sociedade de aprendizagem, onde se reafirma a noção de “projeto (*design*) como prática de planejamento biográfico e a comunidade como um espaço para ligar normas e valores coletivos à individualidade” (POPKEWITZ, OLSON, PETERSSON, 2009, p.80).

Contemporaneamente, acredito que o modelo de aluno, principalmente o adolescente e o jovem, continua sendo uma preocupação das políticas, porém novos dispositivos se coordenam no governo das condutas. Dispositivos que não dizem respeito somente à escola e ao aluno, mas às instituições da comunidade que, estrategicamente, farão parte da constituição dessa educação de tempo integral. O próprio conceito de autoridade específica está em discussão, principalmente num projeto que se apresenta com vários ministérios como responsáveis e conclama a escola a ser protagonista e coadjuvante ao mesmo tempo, ao dividir funções com a comunidade ao seu entorno.

Neste trabalho abordamos a formação do estudante para além do currículo escolar, vinculando-a com instâncias mais gerais de sua trajetória: a conquista da pesquisa. Pensamos que é fundamental para o estudante desenvolver a curiosidade, o questionamento, a observação, hipóteses, descobrir, experimentar, identificar e distinguir, relacionar, classificar, sistematizar, criar, jogar, debater, comparar e concluir, entre outras experiências (Rede de Saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral, 2008, p. 17).

Um novo *design* de aluno aqui se projeta: o aluno do agora. Não adianta preocupar-se mais com o investimento somente para o futuro, o próprio futuro “funciona como uma prática de governo” (POPKEWITZ, p.80, 2009). Ele mesmo gera, como efeito, a constituição desse aluno no agora, mudando, modificando o que já pode ser modificado, e não esperando que ele seja um projeto somente para o futuro. Popkewitz nos alerta para esta nova governamentalidade que “ordena e controla o futuro no presente” (2009, p.82). É vital para este tempo líquido-moderno que o aluno não só aprenda, mas aprenda várias coisas ao mesmo tempo, simultaneamente, e que esteja disposto a passar a vida inteira aprendendo (BAUMAN, 2007). De acordo com o Mais Educação, para além da educação é importante prover os sujeitos para outras demandas sociais, onde se tentará articular o campo da educação, do desenvolvimento social da cultura, da saúde, tecnologia entre outros.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Como discutido inicialmente as estatísticas educacionais são utilizadas como uma tecnologia de governo, na medida em que produz sentidos, saberes e estabelece formas de se conduzir no campo educacional. O que tratei aqui não procura desconsiderar o saber estatístico, mas pelo contrário entende-lo como potencial para intervenções calculadas das políticas públicas, que se gestam a partir dos saberes demandados pelas próprias estatísticas.

Ao produzir um campo de visibilidade sobre determinado assunto, no caso a Educação Integral, ações mais articuladas e com maior respeitabilidade são definidas e implementadas. O mapeamento de informações permite o controle e intervenções necessários que se efetivam por meio de programas ou políticas, no caso que interessa esse trabalho e a pesquisa que o envolve políticas educacionais.

Quanto ao programa Mais Educação, sua proposta e práticas, visam melhorar e qualificar a aprendizagem do aluno, mas suspeito que o leque de opções e inserções sociais que esta política propõe é diferente das proposições realizadas em outros períodos. Talvez, as ações defendidas pelo programa possam estar imbuídas de um extensivo investimento na produção de sujeitos, principalmente jovens, que necessitam aprender mais. Não qualquer aprendizagem, mas aquela que consiga inseri-lo nos meandros de uma sociedade que vive num período reconhecidamente neoliberal. O currículo muda e precisa, ou melhor deve constituir novas subjetividades para constituição desses cidadãos não para o futuro, mas já no presente.

Como já expressei anteriormente, com alguns excertos, proposições da área social, de esporte, meio ambiente, entre outras, são partes importantes do que seria o currículo do Mais Educação. Constituir esses sujeitos, já desde a infância para atingir a adolescência e juventude, com mais habilidades, mais flexíveis para mudanças e novas experiências, que possam se articular melhor em sociedade, os torna sujeitos aprendentes contemporâneos. Ou seja, mais comprometidos com a sustentabilidade e bem-estar da sua vida e dos outros, um jovem mais ativo, mais envolvido, mais responsável pelo seu sucesso não só no futuro, mas no presente, principalmente como garantia de segurança.

Os sujeitos da educação, em nosso tempo, são posicionados numa lógica social, segundo a qual o mercado é o regulador das ações, da vida e suas potencialidades e que tal domínio se exerce para além de um ordenamento puramente econômico. E ainda, que este ordenamento, historicamente, ganhou força e trouxe, sim, profundas mudanças nos entendimentos do que cabe à escola e à educação, mas também dos significados de aprendizagem contemporaneamente.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In. RABINOW, Paul, DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. Do governo dos vivos. **Resumo dos cursos do Collège de França (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: **Microfísica do Poder**. 18ª ed. Rio de Janeiro, Editora Graal, 2003.

PETERS, Michael, MARSHALL, James, FITZSIMONS, Patrick. Gerencialismo e Política Educacional em um contexto global: Foucault, Neoliberalismo e a Doutrina da Auto-administração. In. BURBULES, Nicholas, TORRES, Carlos Alberto (orgs.) **Globalização e Educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

POPKEWITZ, Thomas. POPKEWITZ, Thomas. A Reforma como Administração Social da Criança: a globalização do conhecimento e do poder. In. BURBULES, Nicholas, TORRES, Carlos Alberto (orgs.) **Globalização e Educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

POPKEWITZ, Thomas, OLSSON, Ulf, PETERSSON, Kenneth. **Sociedade da Aprendizagem, cosmopolitismo, saúde pública e prevenção à criminalidade**. Educação e Realidade: Porto Alegre/ Faced/UFRGS. v. 34, n.2. Mai/Ago, 2009.

SARAIVA, Karla, VEIGA-NETO, Alfredo. **Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea**. Educação e Realidade: Porto Alegre/ Faced/UFRGS. v. 34, n.2. Maio/Ago, 2009.

TRAVERSINI, Clarice Saete, BELLO, Samuel Edmundo López. **O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar**. Educação e Realidade: Porto Alegre/ Faced/UFRGS. v. 34, n.2. Mai/Ago, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de governo... In. ORLANDI, Luiz, RAGO, Margareth (orgs). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. 2 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2005.